

A Retórica da Crise: Democracia e Estabilidade Institucional no Brasil em Tempos da Pandemia de Coronavírus

The Rhetoric of the Crisis: Democracy and Institutional Stability in Brazil During the Times of Coronavirus Pandemic

Isaac Reis¹

RESUMO

Este ensaio busca compreender o processo discursivo de construção da realidade da pandemia de coronavírus (COVID-19), no contexto brasileiro. Em razão da conjuntura vivenciada pelo país nos anos recentes, a pandemia adquiriu características fortemente políticas. Tomando a tradição da Retórica como marco teórico, o ensaio destaca o caráter precário e conflituoso do processo de construção da realidade. Essas características são identificadas em um conjunto de marcos discursivos produzidos pela mídia e por autoridades públicas, em suas disputas pela produção retórica da crise. Entre eles, foram mostradas algumas narrativas que podem colocar em risco a estabilidade das instituições e o regime democrático. O ensaio termina concluindo que a Retórica, ao contrário do papel que lhe foi atribuído por uma longa tradição filosófica, pode oferecer elementos teóricos e práticos para a defesa da estabilidade das instituições e da democracia, além de sustentar a necessidade de uma mobilização permanente em favor desta última.

Palavras chave: Retórica; Democracia; Pandemia; Coronavírus.

ABSTRACT

This essay aims to understand the discursive process of construction of the reality of the coronavirus pandemic (COVID-19), in the Brazilian context. Due to the situation experienced by the country in recent years, the pandemic has acquired strongly political characteristics. Taking the tradition of Rhetoric as a theoretical framework, the essay highlights the precarious and conflicting character of the process of constructing reality. These characteristics are identified in a set of discursive marks produced by the media and public authorities, in their disputes over the rhetorical production of the crisis. Among them, some narratives that could jeopardize the stability of institutions and the democratic regime were shown. The essay ends by concluding that Rhetoric, in contrast to the role attributed to it by a long philosophical tradition, can offer theoretical and practical elements to defend the stability of institutions and the democracy, in addition to sustaining the need for permanent mobilization in favor of the latter.

Keywords: Rhetoric; Democracy; Pandemic; Coronavirus.

¹ Doutor em Direito. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília - UnB.. E-mail: ireis@hotmail.com

Agradeço a Ana Paula Antunes Martins pela disposição em debater comigo muitas das ideias aqui expostas e pela paciência em revisar o texto final.

Artigo Convidado para compor este Fórum Especial em Democracia, Políticas Públicas e COVID-19. Agradecemos ao autor a participação neste debate tão urgente

1. Introdução

Em “A Peste”, uma de suas obras mais importantes, de 1947, Albert Camus conta como a cidade de Oran é acometida de um surto de peste bubônica. A história é considerada uma alegoria que descreve a invasão da França pelos nazistas durante a II Guerra Mundial, mas também uma narrativa de como as pessoas reagiram à epidemia.

Em determinado momento, o médico da história é acusado pelo jornalista, a quem negara um atestado falso para que deixasse a cidade, de viver na abstração das regras impostas pela peste. Ao ouvir a acusação, o médico é confrontado consigo mesmo e com o modo como vinha se comportando durante o surto: “Sim, havia na desgraça uma parte de abstração e de irrealidade. Mas quando a abstração começa a matar-nos, é necessário que nos ocupemos da abstração.” (CAMUS, 1997, 80-81)

Este ensaio parte da mesma constatação do Dr. Rieux: de que é preciso compreender a abstração que representa uma pandemia que, no entanto, concretiza-se principalmente na necessidade de confinamento das pessoas e no fechamento do comércio e de espaços públicos. Além disso, é preciso buscar compreendê-la submetendo ao teste de realidade os nossos próprios esquemas teóricos de representação e compreensão do mundo.

Por isso, o objetivo deste ensaio é buscar oferecer elementos teóricos que possam contribuir para pensar (e, portanto, agir) no contexto mundial da pandemia de coronavírus, com foco no Brasil onde, por uma série de razões, ela adquiriu contornos fortemente políticos.

Utilizo a Retórica, como marco teórico representante de uma longa e antiga tradição de pensamento, para extrair dela possíveis chaves de compreensão que possam iluminar o momento atual.

É verdade que não é recomendável tentar analisar, com pretensões acadêmicas e nos estreitos limites de um ensaio, eventos tão próximos, dos quais não conseguimos nos distanciar minimamente. Por outro lado, no entanto, a advertência do personagem de Camus parece apontar para a necessidade de compartilhar qualquer compreensão minimamente comunicável da crise, nem que seja para vivê-la, e não simplesmente negá-la.

Esse percurso será feito em três momentos: no primeiro, exporei os fundamentos de uma concepção retórica que compreenda a crise como uma realidade em disputa. No tópico seguinte, buscarei mostrar esse processo retórico de tessitura, com foco nas disputas de narrativas entre o Presidente da República e o então Ministro da Saúde, durante um período específico da crise. Por fim, tentarei extrair das disputas mencionadas elementos de compreensão (e ação), recomendados pela Retórica.

2. Retórica Estratégica e Realidade-em-disputa em Tempos de Pandemia

Diante de uma tradição de pensamento de mais de 2500 anos, fragmentada e díspar, não é absurdo que os estudiosos da Retórica sintam o desejo de unificá-la conceitualmente, buscando uma definição que possa se ajustar a todos os desenvolvimentos que vão, no espectro da interação comunicativa humana, da telepatia (o máximo de interação), em um extremo, a hipnose (o máximo de manipulação), em outro.

No entanto, essas tentativas terminam por assumir uma tarefa impossível, por recusar a ideia de que o signo “retórica” pode corresponder a significados muito distintos e impossíveis de ser reduzidos a um denominador comum.

Um desses exemplos pode ser encontrado em Meyer, quando tenta unificar a Retórica, definindo-a como uma “negociação da distância entre indivíduos, o orador (*ethos*) e o auditório (*pathos*), acerca de uma questão dada (*logos*) (MEYER, 2017, 9).

Ainda que essa possa ser uma definição atraente, ela parece restringir-se a apenas um dos três significados com que normalmente se caracteriza a retórica: como metodologia de análise de discursos, como conjunto de estratégias de persuasão e como filosofia.²

O primeiro dos significados engloba os diversos arcabouços metodológicos destinados a analisar discursos, i. e., a identificar neles os argumentos e as demais estratégias retóricas, sua adequação, eficácia e condicionamentos.

O segundo sentido é o da chamada retórica estratégica, composto pelo conjunto de práticas, verbais e não verbais, utilizadas para disputar e interferir no último nível, o da filosofia. Ao longo do tempo, esse conjunto de estratégias desenvolveu-se principalmente no seio de duas correntes, cuja relação ainda está longe de ser consensual: a Teoria da Argumentação e a Retórica *stricto sensu*, que se ocupa principalmente com a chamada Teoria das Figuras (MEYER, 2017).

Por último, o significado que aqui mais interessa: o da Retórica enquanto uma filosofia. Nessa perspectiva (abordada de modos muito diferentes em cada autor/a), a Retórica aparece associada, originalmente, à antiga disputa entre socráticos e sofistas acerca do seu próprio estatuto epistemológico. Inserida nas disputas teóricas sobre o significado de “Filosofia”, ela ganha novo fôlego com o chamado *linguistic turn* e a retomada do cânone aristotélico, tendo como centro a publicação da “Nova Retórica”, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), nos anos 60 do séc. XX.

Alimentando-se da crítica nietzscheana à tradição platônica (NIETZSCHE, 1958), será possível afirmar o caráter artefactual da linguagem e, conseqüentemente, daquilo que normalmente se concebe como “realidade”. Katharina Sobota, herdeira da Escola de Mainz, sintetiza essa percepção, ao afirmar que “as concepções humanas, especialmente acerca do que é justo ou injusto, são teias linguísticas” (...), articuladas, produzidas e influenciadas por meio de signos” (SOBOTA, 1992, 41).

Essa compreensão da realidade como proeminência de um relato vencedor parece adequada e útil para os propósitos deste ensaio. Pretendo, no entanto, avançar em sua caracterização, de modo a ampliar o entendimento e escapar a algumas armadilhas essencialistas. Esses esforços, por óbvio, serão expostos de modo breve, dadas as dimensões deste trabalho e consistirão em afirmar a realidade “retórica” como social, precária e conflituosa.

O primeiro esforço consiste na afirmação da realidade como construção social, para escapar à armadilha do solipsismo, ainda que esse constructo seja significado subjetivamente: “...não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros”. (BERGER; LUCKMANN, 1985, 40)

O passo seguinte consiste em reconhecer a precariedade do real: as nossas teias linguísticas parecem ser daquele tipo de coisas que não se reificam, que precisam ser constantemente tecidas (NIETZSCHE, 1958), como a música só o é quando executada, e o direito, quando é concretizado para finalizar conflitos.

Mas é uma terceira característica dessa “teia linguística” que mais nos importa aqui: o seu caráter conflituoso. É ela que nos permite conceber a realidade como o processo de disputas linguísticas pela atribuição de significados. Aqui, combatem relatos que assentarão as bases do que se virá a ser chamado de “realidade”.

Os relatos vencedores (sempre de modo precário) terão a prioridade no processo de tessitura dos eixos mais importantes dessa realidade, com inevitáveis conseqüências políticas e jurídicas. Mas serão sempre desafiados por outros relatos, alguns dos quais poderão ameaçar a própria tessitura.

² Utilizo esses termos de modo genérico, em benefício da clareza, lembrando que esses significados recebem nomenclaturas diferentes nos diversos autores e autoras que tratam do tema. (Cf. ADEODATO, 2008 e BALLWEG, 2009)

A compreensão desses conflitos é tarefa da Sociologia (o que faz da Sociologia do Conhecimento um campo privilegiado para a sua compreensão), mas não pode ser ignorado por nenhum pensamento epistemológico que tenha pretensões realistas.

Por isso mesmo, desde já é possível delinear alguns contornos, a exigir aprofundamento futuro, que marcam esses “conflitos pelo poder de dar nome às coisas”.

O primeiro é que essas disputas ocorrem entre os sujeitos concretos, com necessidades, interesses e valores das mais diversas ordens, implicando modelos ideais de organização econômica, social e política igualmente diferentes e nem sempre conciliáveis entre si.

Em segundo lugar, a construção de relatos encontra sempre alguma resistência nas retóricas hegemônicas, sobretudo naquelas cujo sentido já aparece coagulado em instituições sociais e políticas. A nenhum grupo ou indivíduo é atribuído o papel de demiurgo, de primeiro significador: qualquer discurso se apoia em elementos do passado, mais um menos consolidados, que se impõem. Por isso, não é possível “dizer qualquer coisa sobre qualquer coisa” (*anything goes*), nem tampouco pretender, sem incorrer em escatologias pouco afeitas à democracia, que algum indivíduo ou grupo possa ter a palavra final, o sentido último, que encerra a História ou se apresenta como ápice de um desenvolvimento intelectual, econômico ou político. Normalmente, discursos desse tipo se valem de estratégias adotadas para suprimir a livre circulação de ideias e propor a extinção do mercado público dos sentidos onde elas se intercambiam. Em uma metáfora um tanto gasta, trata-se de escapar tanto ao nobre sonho de sentidos essenciais quanto ao pesadelo do arbítrio subjetivista.

Um terceiro elemento dessa configuração da realidade como “teia retórica de sentido” é consequência das anteriores e se apresenta exatamente na inafastabilidade desses processos estratégicos. Não é possível, nem a indivíduos, nem a grupos, estar fora deles. A afirmação de qualquer neutralidade tem apenas o efeito de colocar os que a assumem como partes sujeitas à incorporação passiva por retóricas de outros grupos ou indivíduos. A neutralidade, o ceticismo fraco e a apatia não passam assim de uma estratégia retórica para atribuir sentido à própria inércia.

Um quarto elemento diz respeito às condições de eficácia que permitem a um relato disputar espaço na arena das ideias. Essa eficácia está diretamente ligada à quantidade e qualidade de poder social persuasivo que um determinado relato consegue arregimentar (e manter), em comparação com os demais que com ele estão em disputa. Um papel crucial do Direito, em Estados democráticos, consiste em regular essa disputa, de modo a impor limites a retóricas que possam utilizar-se de mecanismos (como o abuso de poder econômico e o uso de *fake news*) que colocam em risco o próprio jogo democrático e o livre mercado do sentido.

Por último, um quinto elemento afirma que os processos de disputa, eminentemente retóricos, pressupõem esse jogo democrático e suas regras, sendo, portanto, incompatíveis com discursos autossupressivos, i. e., que propõem a destruição do jogo ou de seus participantes. Fica claro aqui que a Retórica mantém uma forte relação com a democracia (DANISCH, 2007), já que somente se desenvolve, como prática social, em sociedades laicas, democráticas e pacíficas, mas também desconfiadas quanto aos poderes e a verdades absolutas. Ela exige um ambiente igualitário e pluralista, no qual se renuncie ao uso da força, à violência e à guerra (BRETON; GAUTHIER, 2001, 13).

Como visto, os elementos acima delineados dizem respeito ao primeiro significado de “retórica”, a sua “filosofia”, o modo específico como se pode, a partir dela, compreender as relações entre realidade e linguagem, aqui com o objetivo de estudar um contexto específico: a crise da pandemia de coronavírus e as suas decorrências no Brasil, em 2020. Essas reflexões, ainda que breves e excessivamente gerais, fundamentarão alguns pontos de vista sobre a atual pandemia e a ameaça que determinadas retóricas, caso não sejam combatidas, podem representar para a democracia.

Antes, no entanto, de produzir esses pontos de vista, é preciso observar como a realidade da pandemia vem sendo conflituosamente tecida no contexto brasileiro. É o que será feito no tópico seguinte.

3. A Retórica da Pandemia

Nesse tópico, pretendo mostrar, por meio de discursos da imprensa³, do Ministério da Saúde e do Presidente da República, a dinâmica da produção da pandemia como realidade, dando ênfase aos conflitos entre dois últimos, que culminaram com a substituição do titular da pasta, no mês de abril de 2020.

Tomarei em consideração, portanto, o período que vai de 21 de janeiro a 26 de abril de 2020, escolhendo marcos na construção retórica da crise os constantes do quadro abaixo:

Quadro 1. A dinâmica da produção retórica da pandemia de coronavírus.

Marco Retórico	Data/Período (2020)
Primeiras referências sobre o vírus na mídia brasileira	21 jan.
Primeiro caso registrado no país	26 fev.
Decretação de pandemia pela OMS e primeiros decretos de confinamento/isolamento social	11 mar.
Primeira morte registrada	17 mar.
Manifestações do Presidente da República e conflitos com o Ministro da Saúde	12 mar. a 15 abr.
Substituição do Ministro da Saúde	16 abr.

Fonte: Elaboração própria.

Ao contrário do que ocorreu na Oran da obra de Camus, em que a população começou subitamente a se deparar com uma quantidade incomum de ratos mortos pelas ruas, o coronavírus chegou ao Brasil, no início de 2020, na forma abstrata de notícias de jornal.

Uma das primeiras ocorrências do termo “coronavírus” foi publicada no Jornal Folha de São Paulo, em 21 de janeiro. Nessa reportagem, fazia-se menção a “um vírus desconhecido” detectado na cidade de Wuhan, China, que já teria feito 4 vítimas e começava a chegar na Coreia do Sul. Ao final da reportagem, fazia-se referência a uma nota do Ministério da Saúde, que afirmava a inexistência de casos de “pneumonia indeterminada” no país, acrescida da recomendação de que as pessoas deveriam evitar contato com quem sofresse de infecções respiratórias agudas, lavar a mão com frequência e evitar contato com animais doentes em fazendas ou criações (VÍRUS [a], 2020).

No dia seguinte, o Ministério da Saúde publicava nota à imprensa, sustentando, no título, que o Brasil não tinha casos registrados da doença. Apesar das reconhecidamente poucas informações sobre o novo vírus, a nota buscou transmitir um discurso de tranquilidade e controle (BRASIL, 2020a).

A partir de então, o Ministério da Saúde passou a realizar coletivas de imprensa quase que diárias, bem como a publicar boletins e notas públicas, sempre na mesma linha de acompanhar a situação internacional

³ Para a seleção de notícias e reportagens para utilização neste ensaio, tomei como referência o jornal Folha de São Paulo, de circulação nacional, em sua versão digital.

e seguir as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Desse momento em diante, as menções ao vírus tornam-se mais frequentes na mídia e o cotidiano dos brasileiros.

No dia 26 de fevereiro, Quarta-feira de cinzas, o país leu na manchete da Folha de São Paulo a notícia do primeiro caso de coronavírus no país (Brasil tem 1º caso, 2020). A retórica do vírus deixa de ser um conjunto de notícias sobre casos na Europa e na Ásia e começa a se tornar algo concreto na realidade brasileira.

Quando a OMS decreta a situação de pandemia, em 11 de março, o país já contava 52 casos confirmados. A Folha de São Paulo estamparia a manchete na capa no dia seguinte: “OMS declara pandemia; em 15 dias, país pode ter 4.000 casos” (OMS, 2020).

Trata-se de um marco importante na construção da retórica da crise: a atribuição do signo “pandemia” não apenas confere um sentido que unifica situações individuais (casos suspeitos e confirmados), regionais (como a Lombardia, no norte da Itália) e de países específicos (China, Espanha e Itália, por exemplo). Ele também reifica “a coisa”, “o vírus”, “a doença”, como algo que não foi possível controlar.

A declaração da situação de pandemia pela OMS alertou governadores e prefeitos, que começaram, sucessivamente e em diferentes amplitudes, a publicar decretos com medidas de suspensão de atividades que implicassem aglomeração de pessoas, funcionamento do sistema educacional, restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, mantendo-se apenas os serviços classificados como essenciais.⁴ Em poucos dias, diversos Estados determinaram o fechamento (parcial ou total) do comércio e a cessação de atividades não essenciais, justificados com frequência por meio da metáfora da “guerra” contra o vírus.⁵

Com a proibição de aglomerações e o fechamento do comércio, entra em cena um personagem fundamental, o Presidente da República, responsável por um relato diferente do adotado pela OMS, governadores e prefeitos. O discurso do Presidente, em manifestações e pronunciamentos públicos, bem como em redes sociais, modificou-se ao longo do tempo, modulando-se sempre de acordo com as reações da imprensa, pesquisas de opinião e de autoridades do Legislativo e do Judiciário. Mas, de modo geral, o argumento central consistia na afirmação de que as medidas de isolamento social, impostas de modo geral à população, poderiam produzir dano muito maior, decorrente da redução/suspensão da atividade econômica, que a pandemia de coronavírus.

Em um dos primeiros pronunciamentos sobre o assunto, em cadeia de rádio e televisão, no dia 12 de março, o Presidente da República reconhece a pertinência da declaração de pandemia feita pela OMS e das medidas para evitar “grandes concentrações populares”. No pronunciamento, o Presidente referiu-se ainda a manifestações agendadas para o dia 15 de março, em apoio a seu governo e pelo fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Depois de receber severas críticas por ter estimulado as manifestações, o Presidente afirmou que tais atos precisavam, “diante dos fatos recentes, ser repensados” (BRASIL, 2020c). Não obstante, ele compareceu ao ato, em Brasília, mantendo contato físico e tirando fotos com apoiadores.

Em direção oposta, o Ministro da Saúde e sua equipe continuavam a reforçar, diariamente, as recomendações de higiene e distanciamento social (BRASIL, 2020b). As estratégias de atuação do Ministro

⁴ A primeira regulamentação proveniente das unidades federadas partiu do Distrito Federal, por meio do Decreto n.º 40.509, de 11 de março de 2020. A partir daí, as restrições seriam ampliadas e prorrogadas sucessivamente. Medidas semelhantes foram tomadas, em seguida, pelos governos estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro.

⁵ Em artigo de opinião publicado no jornal Folha de São Paulo, em 21 de abril de 2020, Juliana de Albuquerque analisa, a partir da obra de Susan Sontag, o recurso a metáforas políticas e morais para caracterizar epidemias e doenças: “Por toda parte, a referência ao vírus como “a gripe chinesa” empresta uma fisionomia ao inimigo a ser combatido. No Ocidente, populações asiáticas e outras minorias sofrem agressões e são acusadas de ser culpadas pela crise. (...) Na tentativa de emprestar algum sentido às nossas próprias experiências, talvez não seja possível sanar o discurso sobre a doença de toda e qualquer metáfora. No entanto, impõe-se o cuidado no uso das nossas palavras.” (ALBUQUERQUE, 2020)

da Saúde passaram a chocar-se frontalmente com os discursos e as suas ações do Presidente da República, enquanto era anunciada a primeira morte por coronavírus (SÃO PAULO, 2020).

Em um ambiente político extremamente tensionado, o Presidente da República anuncia novo pronunciamento à nação, em cadeia de rádio e TV, na noite do dia 24 de março. Nesse discurso, o Presidente elogiou e reforçou o trabalho do Ministro da Saúde, deixando claras as suas intenções de centralizar as medidas de combate à pandemia no âmbito federal. Segundo ele, o objetivo era, além de “evitar pânico e histeria”, “salvar vidas e evitar o desemprego em massa”.

O foco do pronunciamento, no entanto, transmitia a percepção de que a pandemia era algo passageiro, menos grave que os efeitos econômicos provocados pelas medidas de confinamento e distanciamento social adotadas por Estados e Municípios. Em determinado momento, o Presidente conclama a população a voltar à normalidade e a governadores e prefeitos a abandonar medidas como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa.

A partir desse pronunciamento, inúmeros discursos passaram a disseminar o conceito de “confinamento vertical” (restrito a grupos de risco) e a adotar a estratégia *ad terrorem* de que o confinamento, em razão dos seus efeitos econômicos, poderia causar mais mortes que o vírus.

Além disso, novas tensões surgiram com a comunidade científica, quando o Presidente da República apresentou o uso da substância cloroquina como tratamento eficaz, ao menos em alguns casos, contra a pandemia, embora não existisse comprovação científica dessa eficácia.

As tensões entre Presidente e Ministro da Saúde continuaram a se agravar, sobretudo depois que o Supremo Tribunal Federal decidiu que o Executivo Federal devia respeito “às determinações de governadores e prefeitos ao funcionamento das atividades econômicas e as regras de aglomeração” no âmbito de suas respectivas unidades federativas” (BRASIL, 2020d).

Em 16 de abril, as divergências entre os discursos do Ministro da Saúde e do Presidente da República culminaram com a exoneração do primeiro (NA PANDEMIA, 2020).

Apesar, no entanto, das críticas sofridas, das contradições e de muitas afirmações destituídas de arrimo fático ou comprovação científica, é inegável que a retórica presidencial produziu efeitos tanto no discurso do Ministério da Saúde, quando sobre alguns governadores e prefeitos. Tanto assim que passaram a ser previstas datas para o afrouxamento progressivo das medidas de confinamento social e do fechamento do comércio, embora não haja sinais de que a epidemia já tenha ultrapassado o seu pico.

Todos os discursos aqui mencionados são repletos de estratégias retóricas, algumas mais sofisticadas e difíceis de constatar que outras. Mas o objetivo desse texto não é analisar os discursos, mas mostrar o processo, complexo, fragmentado, difuso e conflituoso pelo qual a teia da realidade é retoricamente tecida, no que diz respeito à pandemia de coronavírus no Brasil em 2020.

Os marcos retóricos aqui explicitados correspondem a uma determinada “distância” e nível de detalhamento, nos limites que este Ensaio permite. Outras pesquisas poderão “aproximar o zoom” e mergulhar, de modo ainda mais profundo, na trama da retórica da crise do coronavírus.

Questões que vão desde a existência mesma de uma pandemia, da gravidade da situação (sobretudo em comparação com problemas de outras ordens), do que deve ser alterado na vida de indivíduos e de outros atores sociais, a quem deve caber tais decisões e como elas irão interferir no modo como nos relacionamos, se existirá ou não uma vida normal após a pandemia – todas essas questões estão em disputa na construção da teia da crise.

Nesse momento, essas disputas ocorrem sob o signo da concretude de mais de 4.000 mortes e de 50.000 casos confirmados⁶. Se algo pode ser considerado um consenso no período aqui considerado, é que a peste deixou de ser uma abstração para se tornar concreta, perceptível e presente na vida de todos.

4. Retórica, Estabilidade Institucional e Democracia

Neste último tópico, retomo alguns elementos da Retórica como filosofia, buscando encontrar nela elementos para a compreensão da crise, cuja construção no Brasil foi exposta no tópico anterior.

Para isso, tomo como ponto de partida a visão de Robert Danisch (2007), na sua tentativa de explorar as conexões entre Retórica, a democracia e o Pragmatismo Americano.

Nesse movimento de retomada da Retórica clássica, o autor articula uma visão da Retórica inspirada por cinco temas centrais:

- 1) A Retórica permite oferecer respostas diante da incerteza e da ambiguidade que marcam os assuntos humanos;
- 2) A democracia exige ampla participação das pessoas e grupos nos processos de tomada de decisão e a Retórica (pensada como estratégias de persuasão) oferece mecanismos que podem servir de guia para a deliberação democrática em uma comunidade;
- 3) A eloquência e a persuasão, valorizadas pela Retórica, além de permitir a identificação de múltiplas perspectivas, são importantes na tomada de decisões sobre os melhores caminhos a seguir;
- 4) A Retórica oferece um conjunto de ferramentas que podem ser aprendidas e ensinadas a partir da experiência (e não de verdades primeiras), devendo ser utilizadas em situações difíceis;
- 5) A Retórica, entendida como uma *dynamis*, aponta para a construção do mundo por meio da linguagem, criando possibilidades de futuro e influenciando o curso dos assuntos humanos (DANISCH, 2007, 12).

Essa importante retomada das relações entre Retórica e democracia conduz aos objetivos finais deste ensaio.

Ainda que isso tenha ficado oculto em diversos momentos de sua tumultuada história, é possível afirmar sem receio que a Retórica representa a primazia da comunidade, como instância concreta e palpável, sobre o indivíduo isolado e fragmentado das filosofias do sujeito, bem distante do senso comum que a vê ora como instrumento de engodo dos incautos, ora como ornamento de discursos, ora, para usar a linguagem de Platão, como “arte da adulação” (PLATÃO, 2002, 245).

O espaço ocupado por ela é o da contingência, da incerteza e, ao mesmo tempo, da necessidade de tomar decisões, com o ônus, trazido pela vida em comum, de comunicá-las e, eventualmente, justificá-las perante os demais.

Assim pensada, ela nos protege tanto da inevitabilidade do inexorável quanto do horror do caos puro e simples. De certo modo, é a Retórica, e a sua afirmação da linguagem, que constitui um mundo especificamente humano. Ela é, antes de tudo, uma pedagogia da vida em comum.

A consequência desse ponto de vista é contraintuitiva: conduz à ideia de que a Retórica não é apenas um poderoso antídoto contra o fanatismo e a intolerância, mas carrega o potencial de reafirmar a solidez de valores e instituições coagulados ao longo do tempo em forma de catálogos de *topoi* (lugares-comuns).

⁶ No momento em que esse texto foi fechado, os dados oficiais do Ministério da Saúde anunciavam 58.509 casos confirmados, com 4.016 pessoas mortas.

Na crise atual no Brasil, esse aspecto fica visível nos limites colocados tanto pelo *ethos* da comunidade científica, quanto pelo peso de instituições como o Parlamento e o Supremo Tribunal Federal, diante das investidas do Presidente da República para impor uma retórica que pudesse colocar em xeque a credibilidade e a solidez dessas instituições. A prevalência da comunidade aqui aponta para a imposição de um gigantesco ônus político para aquele que pretender fazer circular relatos que ignoram ou entrem em conflito com regras, valores e limites assentados por longo tempo, produto do trabalho cotidiano de inúmeros sujeitos.

A construção da teia da realidade social implica que mudanças nos padrões de realidade só possam ser alterados muito lentamente e por meio da arregimentação de um considerável poder social. A retórica do Presidente da República, em um momento de forte crise, em que a realidade da destruição física se apresenta como concretude real e ameaçadora, faz com que a opinião pública e mesmo parte considerável dos grupos que o apoiaram prefiram depositar sua confiança em discursos mais confiáveis, assim considerados por terem resistido a testes e críticas ao longo do tempo.

Novamente, a metáfora da teia de aranha aparece, iluminadora. Se a construção retórica da realidade é firme o suficiente para não ser destruída pelo vento de populismos de ocasião, também é delicada o bastante para ser levada pelas ondas, caso não seja constante e permanentemente tecida e reforçada. (SOBOTA, 1992, 54)

Aqui, a segunda lição da Retórica consiste em uma exortação à participação e ao exercício do poder social. Sem ele, sem o envolvimento cotidiano na defesa de valores e práticas consideradas essenciais para a integração social, mesmo as teias mais fortes podem ser rompidas. Em momentos de crise, retóricas autoritárias, que propugnam a destruição de instituições e, paradoxalmente, a supressão dos mesmos espaços que lhes autoriza existir, encontram terreno fértil e necessitam encontrar respostas contundentes das instituições, mas também de grupos sociais organizados, para além das esferas oficiais.

Por fim, torna-se possível pensar em uma Ética da Retórica, consistente sobretudo na afirmação do valor da democracia (não limitada às formalidades dos processos oficiais) como liga capaz de manter coesos os discursos que constituem a realidade comum que torna possíveis até mesmo os indivíduos.

Se essa teia se rompe, a Retórica deixa de ter espaço e talvez a pandemia de coronavírus esteja longe de ser o pior dos males.

5. Conclusão

Se pode haver algo de positivo em uma crise como a descrita neste ensaio, talvez seja isto: ao nos tornar alvos potenciais da peste, ela possibilita que nos confrontemos com o risco, a incerteza e o medo, o que a segurança de nossos lugares sociais muitas vezes impede. Ela também nos retira, sobretudo na Universidade, de um mundo de abstração que parece seguro apenas por ser irreal. Por fim, ela afasta a escolha por qualquer tipo de neutralidade e atribui sentido político ao imobilismo, à apatia e à inércia.

A pandemia – e as disputas em torno dela – compreendida sob as luzes de uma concepção retórica, carrega o potencial de nos imunizar tanto contra o risco dos otimismo ingênuos, que apostam em discursos desprovidos de poder social, quanto do pessimismo solipsista que afirma a impotência transformadora de qualquer discurso. No fundo, ambos são produtos de um individualismo que reduziu seres retóricos (políticos) a consumistas passivos, enfeitiçados e, sobretudo, desqualificados retoricamente.

Assim, a Retórica pode servir como chave de leitura para discursos que buscam reforçar instituições e garantir a estabilidade da democracia, em momentos de crise, exatamente o papel oposto do que historicamente a tradição platônica atribuiu a ela.

Além disso, ela serve para nos manter sempre alertas de que a democracia e as instituições que a protegem precisam ser permanentemente defendidas, com discursos e com ação estratégica dotada de poder social. Essa precariedade do real foi bem percebida por Camus, ao final da obra mencionada: a peste do autoritarismo “não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecid[a] nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada” (CAMUS, 1997, 289).

Em alguns casos, a peste do autoritarismo precisa apenas de pessoas que não compreendam o poder da (sua) Retórica. E de um vírus.

Referências

ADEODATO, João Maurício. Retórica como metódica para estudo do direito. **Revista Sequência**, n. 56, p. 55-82, jun. 2008.

ALBUQUERQUE, Juliana. **Susan Sontag acertou ao denunciar metáfora que compara doença a guerra**. Folha de São Paulo, 21 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/juliana-de-albuquerque/2020/04/susan-sontag-acertou-ao-denunciar-metafora-que-compara-doenca-a-guerra.shtml?origin=folha>>. Acesso em 22 abr. 2020.

BALLWEG, Ottmar. **Analytische Rhetorik: Rhetorik, Recht und Philosophie**. Frankfurt a. M.: Peter Lang, 2009.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. de Floriano de Souza Fernandes. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus: Brasil não tem casos registrados da doença**, 22 jan. 2020a, Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46215-coronavirus-brasil-nao-tem-casos-registrados-da-doenca>>. Acesso em 24 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde anuncia orientações para evitar a disseminação do coronavírus**, 13 mar. 2020b. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46540-saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a-disseminacao-do-coronavirus>>. Acesso em 24 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão**, 12 mar. 2020c. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-lanalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-de-radio-e-televisao-5>>. Acesso em 24 abr. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 672. Decisão monocrática. Rel. Min. Alexandre de Moraes. 08 abr. 2020d. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342867936&ext=.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2020.

BRASIL TEM 1º CASO de coronavírus. **Folha de São Paulo**, p. A18, 26 fev. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/02/26/>>. Acesso em 24 abr. 2020.

BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. **História das teorias da argumentação**. Trad. de Maria Carvalho. Lisboa: Bizâncio, 2001.

CAMUS, Albert. **A peste**. Trad. de Valerie Rumjanek Chaves. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

DANISCH, Robert. **Pragmatism, democracy and the necessity of rhetoric**. Columbia: University of South Carolina Press, 2007.

MEYER, Michel. **What is Rhetoric?** Oxford: Oxford University Press, 2017.

NA PANDEMIA, Bolsonaro demite o Ministro que defendeu isolamento. *Folha de São Paulo*, p. A1, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49130&anchor=6410859&origem=busca>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

NIETZSCHE, F. Über wahrheit und Lüge im außermoralischen Sinne. In: SCHLECHTA, Karl (Org.). **Nietzsche, F.:** werke. Vol. III. München: Europäischer Buchclub, 1958.

OMS declara pandemia; em 15 dias, país pode ter 4.000 casos. *Folha de São Paulo*, p. A1, 12 mar. 2020. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49092&keyword=coronavirus&anchor=6408564&origem=busca>>. Acesso em 24 abr. 2020.

PERELMAN, Chaïm; OBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLATÃO. **Protágoras, Górgias, Fedão.** Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2002.

SÃO PAULO tem 1ª morte por vírus. *Folha de São Paulo*, p. A1, 18 mar. 2020. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49099&anchor=6408968&origem=busca>>. Acesso em 24 abr. 2020.

SOBOTA, Katharina. The rhetorical construction of law. **International Journal for the Semiotics of Law** *International Journal for the Semiotics of Law*, Vol. V, n. 13, 1992b, p. 39-54.

VÍRUS desconhecido causa 4ª morte na China e chega à Coreia do Sul. *Folha de São Paulo*, p. B6, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/virus-desconhecido-se-espalha-pela-china-e-chega-a-coreia-do-sul.shtml>. Acesso em 24 abr. 2020.